

IV Encontro Nacional da ANPPAS
04 a 06 de junho de 2008
Brasília – DF – Brasil

Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento -

Andréa Zhouri (GESTA/UFMG)
Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG
azhouri@fafich.ufmg.br

Marcos Cristiano Zucarelli (GESTA/UFMG)
Pesquisador do GESTA/UFMG e Professor do Uni-BH
mzczucarelli@yahoo.com.br

Resumo

O *paper* apresenta os primeiros resultados da pesquisa “Mapa dos Conflitos Ambientais no estado de Minas Gerais”, que busca identificar os locais e as condições em que segmentos sociais afetados por diferentes projetos econômicos de apropriação do espaço contestam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização com vistas à denúncia. Em Minas Gerais, o processo de intensificação da produção e exportação de *commodities* tem representado um aprofundamento da mercantilização de territórios, resultando na emergência de uma miríade de conflitos ambientais. Estes conflitos evidenciam os diferentes sentidos atribuídos ao território, bem como salientam as formas de uso do espaço praticadas por distintos grupos sociais. A ocorrência dos conflitos remete, então, a situações de desigualdade no acesso aos recursos naturais e a desproporcionalidade na distribuição dos riscos gerados pelos processos de desenvolvimento. A pesquisa perpassa a identificação, caracterização e classificação de casos de violação do direito humano ao meio ambiente, considerando a existência de denúncias institucionalizadas e/ou manifestações de movimentos sociais. Numa etapa inicial, foram analisadas 541 atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais e entrevistada a equipe do Centro de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual, o que permitiu a identificação de 1.023 casos com indícios prévios de situações de conflito a serem investigados no âmbito do projeto. Conforme os dados já analisados, é possível traçar uma cartografia preliminar destes conflitos, identificando os tipos de atividades mais recorrentes nas denúncias, por mesorregião do estado.

Palavras-chave

Conflitos Ambientais, Desenvolvimento, Território

Introdução

A idéia de uma conciliação entre os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais ocupa papel chave no campo que recobre a noção de “desenvolvimento sustentável” no âmbito mundial. Prevalece a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos através da “gestão” do diálogo entre os atores, com a finalidade de se alcançar um “consenso”. Nessa perspectiva, os problemas ambientais e sociais são entendidos como meras questões técnicas e administrativas, passíveis, portanto, de medidas mitigadoras e compensatórias (ZHOURI *et al.* 2005). Desta maneira, os “impactos” da espacialização do processo de acumulação de capital sobre os territórios, suas condições naturais e populações são percebidos como solucionáveis por meio da utilização de novas tecnologias e de um planejamento racional. O que subjaz a essa visão é a concepção do meio ambiente como uma realidade objetiva, instância separada e externa às dinâmicas sociais e políticas da sociedade.

Nesse contexto, é possível afirmar que o discurso global em favor do desenvolvimento sustentável, consolidado na Rio-92, acabou por inscrever sociedade e desenvolvimento numa concepção evolucionista e totalizadora de “crescimento econômico”. A “natureza” foi então convertida em uma variável a ser “manejada”, administrada e gerida para a sustentabilidade do crescimento (SACHS 2000; ESTEVA 2000; RIBEIRO, 2000). Nesse processo, a “adequação ambiental” (ZHOURI *et al.* 2005) constituiu um verdadeiro paradigma, inserido na visão que, ao apostar na “modernização ecológica”, motiva ações políticas que atribuem ao mercado “a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental” (ACSELRAD, 2004a, p.23).

Da perspectiva teórica que orienta o presente trabalho, contudo, situações comumente vistas como “problemas ambientais” originados pelo “desenvolvimento” são compreendidas pela noção de “conflito ambiental”. O caráter conflituoso da situação refere-se à forma como ela é objetivamente estruturada pelas relações entre as distintas – e, não raro, mutuamente excludentes – pretensões de uso e significados atribuídos por diferentes grupos sociais a um mesmo território em disputa, ou a territórios ecologicamente interconectados.

Nesse sentido, os *conflitos ambientais* extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, pois, evidenciam a existência de distintas formas de se conceber e de se interagir com o meio ambiente, levando-nos a reconhecer os múltiplos projetos de sociedade, que acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas.

Cabe às ciências sociais, portanto, compreender os *conflitos ambientais*, descrevendo-os, classificando-os, desvendando os significados e interesses dos atores neles envolvidos, elucidando suas relações com as assimetrias estruturais da formação social em que ocorrem. É

apenas na medida em que cumprem seu objetivo precípua, o de aplicar-se à investigação científica rigorosa das situações de conflito ambiental, que as ciências sociais podem fornecer subsídios seguros às políticas que visem, por exemplo, à democratização das condições de acesso e determinação de uso das condições naturais territorializadas.

Conflitos Ambientais

Em contraste com o chamado paradigma da adequação ambiental, multiplicam-se movimentos e entidades que destacam os problemas oriundos das práticas sociais dominantes de apropriação do território e de seus recursos. Organizadas em movimentos ou dispersas na forma de denúncias, há vozes que explicitam a perpetuação de um cenário de desigualdades e de conflito, e evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território. As disputas decorrentes deste cenário se instauram nos planos político e simbólico, através da luta pelo direito e pelo poder de construir e fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço.

É nessa medida, e considerando o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, que Acselrad (2004b, p.26) elabora a noção de conflitos ambientais como:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Com essa contribuição conceitual, Acselrad (2004b) remete aos conflitos ambientais quatro dimensões constitutivas, quais sejam: *apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade* (da base material necessária à continuidade de determinadas formas sociais de existência) e *interatividade* (ação cruzada de uma prática espacial sobre outra). Estas dimensões seriam essenciais para apreender a dinâmica conflitiva própria aos diferentes modelos de desenvolvimento.

Alguns autores têm trabalhado com a perspectiva da *ambientalização* dos conflitos sociais em que demandas sociais “mais tradicionais” são traduzidas na linguagem do ambientalismo, caso clássico exemplificado pelos seringueiros liderados por Chico Mendes, cujas reivindicações sindicais ganharam novo peso e teor, agregando a questão ambiental ao seu discurso. Casos mais recentes desse processo são analisados por Lopes *et al.* (2004) relativamente aos centros industriais. Contudo, numa outra perspectiva, o conceito de “conflitos ambientais” destaca que o conflito se apresenta inerente às práticas sociais de uso e significação do espaço, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais envolvidos na construção de seus respectivos projetos sociais que dão sentido e destino aos territórios. As interações entre esses grupos sociais, no que diz

respeito à apropriação social da natureza, são historicamente assimétricas. Os conflitos se reproduzem e se multiplicam na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais.

A Pesquisa

Para efeito da elaboração de um mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais, a pesquisa ora em curso adota um conceito abrangente de conflito na tentativa de identificar os locais e as condições em que segmentos sociais afetados por diferentes projetos econômicos de apropriação do espaço contestam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização com vistas à denúncia. Desse modo, as diferentes situações que apresentem um grau mínimo de institucionalização do conflito (seja através do seu registro nas instituições como: Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, Instituto Estadual de Florestas - IEF, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Ministérios Públicos Estadual e Federal, seja através do seu reconhecimento pelos movimentos sociais e entidades civis) poderão ser identificadas e classificadas para a composição de um mapeamento dos conflitos no estado de Minas Gerais eclodidos entre 2000 e 2010.

Esta pesquisa objetiva, portanto, a partir da elaboração de um banco de dados sobre situações de conflito ambiental e da interpretação qualitativa de estudos de casos exemplares, mapear os conflitos ambientais existentes nas 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais (IBGE, 2000).¹ A divisão por mesorregiões buscou criar condições para a operacionalização da pesquisa, envolvendo algumas parcerias com pesquisadores de outras instituições de ensino superior e pesquisa no estado.²

Como primeiro passo, o projeto obteve apoio para pesquisar a Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte³. Na seqüência, os trabalhos foram iniciados também nas Mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Vale do Rio Doce⁴, além da realização de oficinas junto aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil

¹ São elas: Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata, Campo das Vertentes, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Vale do Mucuri, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte.

² O mapa está sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFGM), e conta com a parceria da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) para a pesquisa nas mesorregiões da Zona da Mata, Campo das Vertentes e Sul de Minas. Também está integrada ao projeto a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), sobretudo para os levantamentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Recentemente houve a inclusão da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que dará início à pesquisa nas mesorregiões Norte e Noroeste de Minas.

³ Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG, Processo SHA 398/06 e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Processo 401169/2007-3.

⁴ FAPEMIG, Processo APQ-0743-5.06/07.

de todo o estado de Minas Gerais para a construção de um *mapa social* dos conflitos ambientais, a ser elaborado na interface pesquisa/extensão⁵.

Metodologia

A pesquisa teve início com o levantamento de dados em arquivos institucionais e com entrevistas junto aos técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Ministério Público Federal (MPF), Comarcas do Ministério Público Estadual de Turmalina e Minas Novas, Centro de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual (CEAT/MPE), Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente (SMAMA), Conselho Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA), além de consultas aos arquivos complementares do IBAMA em Minas Gerais.

Nessa primeira etapa, a análise da documentação tem permitido a identificação dos casos de denúncia que tiveram encaminhamento institucionalizado, sob a forma de ações judiciais e processos administrativos. A pesquisa documental tem sido desenvolvida de modo a permitir o registro dos casos identificados em fichas específicas contendo: caracterização das condições técnicas do risco; localização georeferenciada, descrição das condições sócio-econômicas das populações afetadas; histórico da evidenciação pública do evento; identificação dos atores envolvidos; descrição das condições de organização/mobilização e das estratégias articuladas por estes atores.

Na segunda etapa, ora em processo inicial, faremos consultas aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, de forma que se possa proceder a identificação dos casos em que houve risco ou dano ambiental mesmo sem um encaminhamento institucionalizado, mas que apresentem sinais de uma mobilização política efetuada pelas populações atingidas. É previsto ainda visitas às localidades onde estão sendo identificados casos de conflito para realização de entrevistas qualitativas junto aos atores envolvidos. Numa etapa subsequente, as fichas técnicas proporcionarão uma classificação dos casos por *tipo, ator e município* onde ocorreram. Esta classificação tem em vista a elaboração de um CD interativo contendo o Mapa dos Conflitos Ambientais no estado de Minas Gerais.⁶

Inicialmente, o projeto previa um levantamento dos casos de conflitos registrados nos últimos dez anos (1995-2005). Contudo, a dificuldade em acessar arquivos nos órgãos ambientais, anteriores ao ano 2000, fez com que repensássemos o recorte temporal da pesquisa. Ao iniciarmos o

⁵ FAPEMIG, Processo APQ-7074-5.06/07.

⁶ O mapa propriamente dito será estruturado a partir de: geocodificação dos dados levantados com software apropriado (Arcview 9.2); Elaboração de mapas temáticos do tipo coropleta com base nos limites dos municípios pesquisados. As variáveis das coropletas correspondem aos tipos dos conflitos classificados; ao passar o cursor, aparecerão os nomes dos municípios em que os conflitos ocorreram; ao clicar no nome do referido município, aparecerão as fichas técnicas sobre os conflitos específicos; adicionalmente serão ilustrados casos de conflitos emblemáticos com mapas mais detalhados, fotos aéreas, imagens de satélite, fotos, vídeos, áudios e demais técnicas de multimeios; Todas as informações também serão acessíveis através de funções de um banco de dados (busca por município, por conflito, por atividade, por empreendimento, por impacto, por ator etc.).

levantamento das atas das reuniões das câmaras técnicas especializadas do COPAM,⁷ constatou-se que somente as atas a partir de 2001 se encontravam digitalizadas. Neste sentido, visando a exeqüibilidade da pesquisa dentro do tempo previsto, optou-se por redefinir o recorte temporal, sem qualquer prejuízo de análise, para o período de 10 anos compreendidos entre 2000 e 2010. A seguir serão apresentados alguns resultados preliminares da pesquisa realizada até este momento.

Conforme o referencial teórico do projeto, os critérios para a seleção de casos de conflito a serem pesquisados prevê, sobretudo, o seu caráter distintivo *vis-à-vis* às noções de problema e impacto ambiental. Neste sentido, deliberou-se que o conflito ambiental deveria ter caráter coletivo; não poderia se resumir a uma denúncia isolada, mas deveria apresentar algum tipo de desdobramento temporal (ações e contra-ações); e que pelo menos um dos atores envolvidos teria de reconhecer o caso como ambiental. Essa definição de critérios é de extrema importância, pois nem sempre um problema ambiental, ou um impacto ambiental, está relacionado ou origina um conflito ambiental. Trata-se, pois, de acentuar a presença de sujeitos sociais que denunciam um estado de coisas, ou situação social, como situação-problema, e agem no sentido de reverter tal quadro.

Ao partir deste pressuposto, foi estabelecida uma padronização das categorias em que os conflitos seriam enquadrados e selecionados. Para dar maior interatividade ao mapa que será construído, serão criadas várias entradas que permitirão ao usuário buscar os conflitos de seu interesse e construir seu próprio mapa temático. A entrada principal será aquela identificada pelas atividades que causam o conflito, por exemplo: transporte, energia, mineração, monocultura, petroquímica, agroindústria, parcelamento do solo, curtume, criação de unidades de conservação, dentre outras.

Outra necessidade para a pesquisa foi definir indicativos para situações de conflito nos registros de instituições públicas, como forma de padronizar os levantamentos. Isto porque as informações apresentadas nas atas das diversas reuniões deliberativas do COPAM e do COMAM não são padronizadas e, na maioria dos casos, bem sucintas, de forma que as situações de conflito não apareciam explicitamente. Desta forma, foram tomados como indicativos as diversas informações sobre pedidos de vista de conselheiros, a recorrência do aparecimento de alguns casos, as recomendações de indeferimento de licenças ambientais pelos órgãos técnicos, o adiamento de decisões, as ações das comunidades, as cassações de licenças, as suspensões de atividades, o arquivamento de processos, intervenções de órgãos jurídicos, acidentes ou danos ambientais, recursos e votos contrários à concessão das licenças.

Em conformidade com os indicativos selecionados, foi feita a leitura de 541 Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias das seis Câmaras Técnicas do COPAM, referentes aos anos 2000 a

⁷ O COPAM era composto por seis câmaras técnicas, a saber: Câmara de Atividades de Infra-Estrutura (CIF), Câmara de Atividades Minerárias (CMI), Câmara de Atividades Industriais (CID), Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP), Câmara de Proteção da Biodiversidade (CPB) e Câmara de Recursos Hídricos (CRH). Em geral, tais câmaras se reúnem mensalmente, situação em que são elaboradas as atas.

2007, e definidos 903 casos com indicativos prévios de situações de conflito a serem investigados. Este mesmo procedimento foi adotado na leitura das 112 atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias e dos 70 relatórios de audiências públicas do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) do município de Belo Horizonte. Só para este município foram identificadas outras 181 ocorrências a serem investigadas no âmbito do projeto “Mapa dos Conflitos Ambientais no estado de Minas Gerais”.

A pesquisa no Ministério Público Estadual ocorreu através de entrevistas junto aos técnicos que compõem a equipe do Centro de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual (CEAT/MPE). Isto porque as comarcas do estado de Minas Gerais possuem sistemas diferenciados de organização dos processos administrativos, inquéritos e ações civis públicas. Nas promotorias visitadas ficou constatado a dificuldade de uma leitura destes documentos, principalmente dos inativos, uma vez que estes são encaixotados sem qualquer tipo de organização. Todavia, quando os processos se referem a danos ou impactos ambientais, os promotores exigem vistorias técnicas do CEAT, como forma de conhecer, avaliar e mensurar o tamanho do impacto. Neste sentido, o CEAT é responsável pela demanda de todo o estado de Minas Gerais. Depois das entrevistas com os técnicos do CEAT, foi possível definir 120 casos com indicativos prévios de situações de conflito.

Após a leitura de todas as Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos órgãos estaduais e municipais descritos anteriormente e das entrevistas realizadas, foram identificadas um total de 1.023 situações de possíveis de conflito. As informações coletadas foram sistematizadas em um banco de dados que permite conhecer a localização do potencial conflito, a fonte pesquisada, o tipo de atividade conflitante, o empreendedor, o número do processo administrativo e os indicativos de conflito utilizados para a seleção do caso.

A segunda fase da análise documental verificará quais ocorrências até então levantadas configurariam, de fato, situações de conflito ambiental. Este levantamento está sendo realizado através da leitura dos processos completos e de entrevistas com técnicos, procuradores e promotores dos respectivos órgãos ambientais e jurídicos.

Concomitantemente a estas atividades, está sendo feito o registro e a classificação dos casos selecionados com informações sobre condições técnicas da situação de risco, caracterização da população afetada, localização, histórico do caso, condições de organização e estratégias mobilizadas pelos atores envolvidos, além das fontes consultadas.

Visibilidade e invisibilidade dos conflitos

A necessidade de uma investigação como a que aqui se propõe, torna-se ainda mais imperiosa quando se consideram as especificidades das formas históricas de apropriação das condições naturais territorializadas em Minas Gerais.

Desde o início de sua colonização, o território mineiro vem sendo palco de intensa atividade econômica, produtora de severas transformações nas suas condições naturais e nas formas sociais de apropriação desse território. A historiografia revisionista de Minas demonstra que, articulado à exploração de metais e minerais preciosos, desenvolveu-se, já a partir do século XVIII, um diversificado conjunto de atividades produtivas, que envolvia desde a operação de um sem-número de pequenas forjas e teares até uma forte e disseminada agropecuária mercantil de subsistência que abastecia não apenas os mercados locais, mas também as províncias mais prósperas, como São Paulo e Rio de Janeiro (LIBBY, 1988; GRAÇA FILHO e LIBBY, 2004).

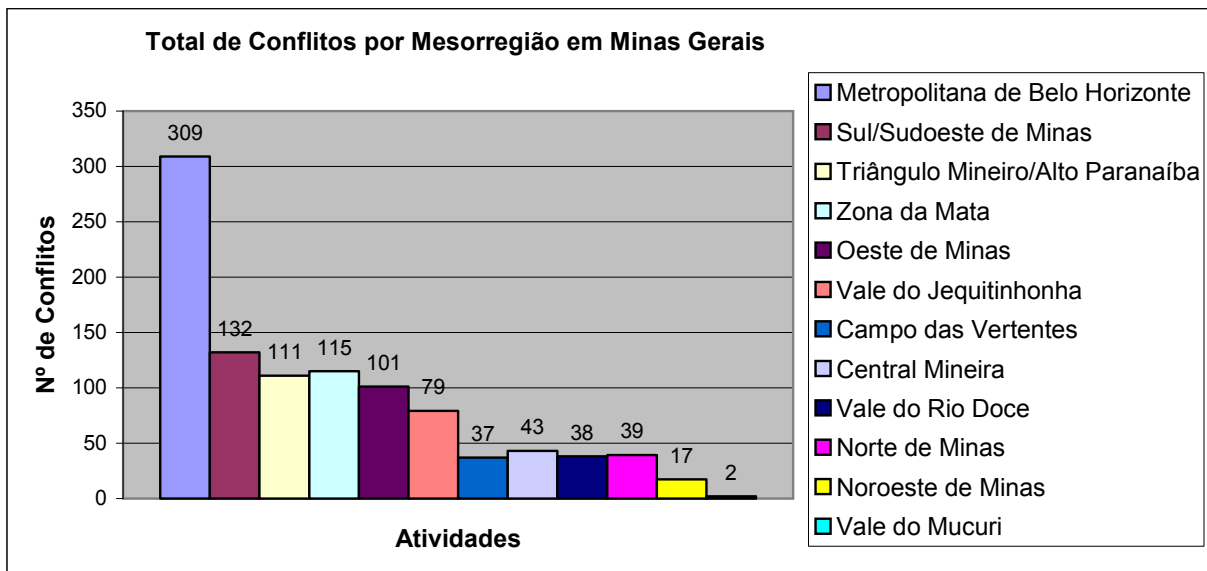
Mesmo após o declínio da exploração aurífera e da pequena indústria artesanal de ferros e panos, prosperava a pujante agropecuária mercantil de subsistência e, no século XIX, o avanço da monocultura cafeeira pelas zonas da Mata e Sul. Há já alguns trabalhos historiográficos que atestam que, nos primeiros 250 anos de colonização, a forte, especializada e variegada atividade econômica desenvolvida em Minas consumiu voluptuosamente as matas, florestas e cursos d'água mineiros (PÁDUA, 1987).

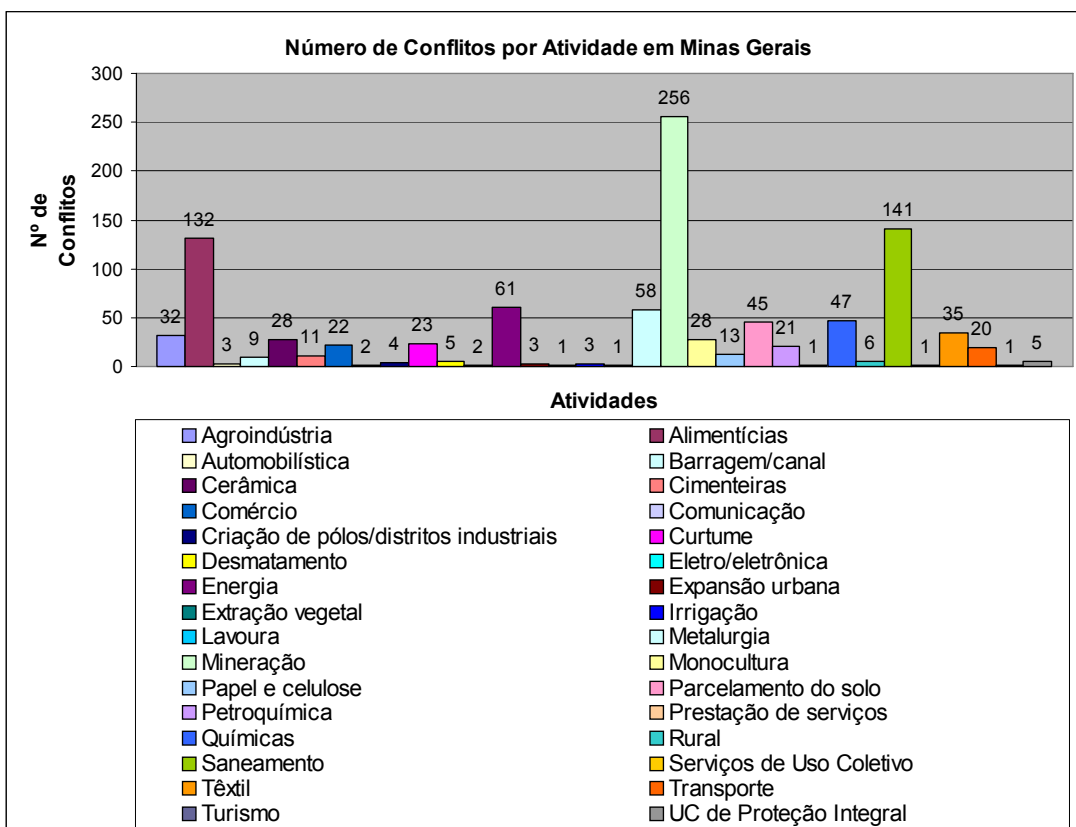
A partir de meados do século passado, contudo, elites econômicas e políticas locais empreendem um esforço de “modernização recuperadora” da economia mineira. Centrada no estímulo ao desenvolvimento de indústrias de bens intermediários de base do ciclo de acumulação fordista, o projeto da modernização recuperadora mineira deslocou o centro da industrialização para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e para a região hoje conhecida como Vale do Aço. Como resultado, a taxa média anual de crescimento do PIB mineiro, na década de 1970, foi de nada menos que 16,4% (DINIZ, 1981, p. 225 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 70). Um crescimento sustentado principalmente pelo complexo industrial mínero-siderúrgico, que demandou um grau extremo de apropriação de vastos territórios para a alocação urbana das fábricas e da farta mão-de-obra, para a monocultura do eucalipto que serviria de combustível aos altos-fornos, para a construção de estradas e hidrelétricas etc.

De outra parte, o colapso do esforço desenvolvimentista da modernização recuperadora mineira, ocorrido na passagem da década de 1970 para a de 1980, determinou a intensificação da produção e exportação de *commodities*, com vistas ao pagamento do serviço da dívida pública. Isso representou um aprofundamento da mercantilização de territórios, a exemplo da expansão das monoculturas de exportação nos cerrados do Triângulo e Alto Paranaíba, das monoculturas de eucalipto e da construção de hidrelétricas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, das atividades mineradoras na Região Metropolitana de Belo Horizonte etc. Tais processos implicam a emergência de uma miríade de conflitos ambientais, nos quais se envolvem empresas mineradoras, siderúrgicas, produtoras de celulose, distribuidores de energia elétrica, empreiteiras, grandes agricultores, latifundiários, ONGs, camponeses, sociedades indígenas, pescadores, movimentos sociais urbanos etc.

É nesse cenário, marcado por políticas econômicas de ajuste fiscal e pela formação de superávites comerciais, que os instrumentos normativos de regulação ambiental encontram-se no cerne de uma disputa que opõe, de um lado, aqueles que os consideram “obstáculos ao desenvolvimento” que devem ser “flexibilizados” e, de outro, os atores que pugnam pelo seu fortalecimento e democratização.

A primeira leitura das atas das câmaras especializadas do COPAM e as entrevistas com os técnicos do CEAT/MPE, proporcionaram uma visão geral dos tipos e locais de incidência dos conflitos ambientais no estado. Neste primeiro momento é possível conhecer o número de conflitos por mesorregião e as atividades que mais apresentam indícios de conflitos. Nos gráficos dispostos adiante é possível visualizar estas correlações:

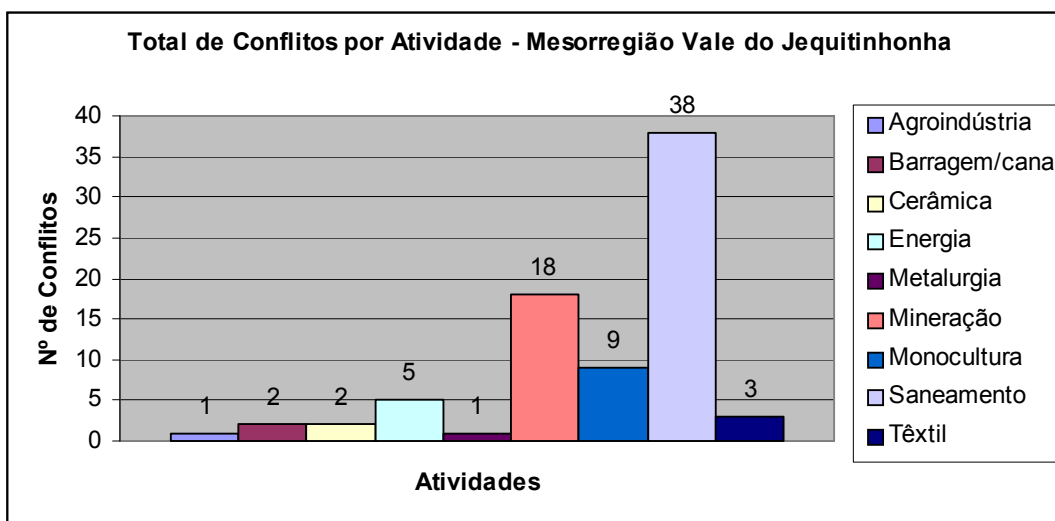




Nota-se no primeiro gráfico que as três mesorregiões com maiores indicativos de conflitos correspondem à Metropolitana de Belo Horizonte, ao Sul/Sudoeste de Minas e à Zona da Mata. Quanto às atividades, apresentadas no segundo gráfico, a maioria dos indicativos de conflitos ambientais ocorre, sobretudo, em relação às atividades ligadas à mineração, ao saneamento e às atividades alimentícias.

Os dados coletados nesta fase inicial da pesquisa permitem traçar uma cartografia das mesorregiões e quais os tipos de atividades que geram maior quantidade de conflitos ambientais. Todavia, é importante salientar que os números utilizados para a confecção dos gráficos e tabelas foram extraídos a partir da leitura das atas de todas as câmaras técnicas do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) e através das entrevistas com os técnicos do Centro de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual (CEAT/MPE). Conforme especificado na metodologia, estes números fazem referência aos indicativos de conflitos ocasionados pelo exercício de alguma atividade econômica. A pertinência do conflito ainda será averiguada, uma vez que tenhamos acesso aos respectivos procedimentos administrativos que se encontram armazenados nos órgãos ambientais e jurídicos, bem como após a realização das oficinas junto as entidades e movimentos sociais.

Embora as informações sejam provenientes de casos institucionalizados, pesquisas de campo realizadas pela equipe do GESTA/UFMG demonstram que inúmeros conflitos emergem sem transitarem por vias formais de denúncias. No caso da mesorregião do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, apesar dos indicativos coletados no COPAM e CEAT/MPE relacionarem os conflitos, principalmente, às atividades de saneamento e mineração, tal como demonstra o gráfico seguinte, a região é palco de inúmeros de conflitos pela apropriação do território, provenientes dos projetos de monocultura de eucalipto e de usinas hidrelétricas.



Os “reflorestamentos”, por exemplo, ocuparam as terras de chapadas que são áreas mais altas e planas, favoráveis à mecanização. Consideradas terras devolutas, as chapadas foram concedidas para exploração de empresas privadas. Contudo, estas áreas eram tradicionalmente destinadas ao uso comum pelos moradores locais para criação de gado na larga e para o extrativismo vegetal (RIBEIRO, 1993). Deste modo, uma extensão territorial de mais de um milhão e meio de hectares do Vale do Jequitinhonha foi ocupada pela monocultura do eucalipto com fins exclusivos às indústrias de celulose e de carvão, alijando pequenos agricultores de suas glebas de terra (WRM, 2002).

Impedidos de usufruírem as terras das chapadas, os lavradores foram forçados a se refugiarem nas grotas, ou seja, nas áreas mais íngremes dos vales. Todavia, na década de 1980 teve início uma nova frente de expansão do capital com o “Programa Novo Jequitinhonha”. Este previa a construção de dezesseis projetos hidrelétricos, onze no rio Jequitinhonha (Terra Branca, Peixe Cru, Irapé, Murta, Jenipapo, Jequitinhonha, Almenara, Lua Cheia, Salto da Divisa, Itapebi e Itapebi-Mirim) e cinco no rio Araçuaí (Turmalina, Santa Rita, Berilo, Ivon e Aliança). Neste sentido, os pequenos proprietários que faziam usos das terras de chapada e que tiveram o acesso restringido pelas “reflorestadoras”, perceberam que os projetos de construção destas hidrelétricas se constituiriam em uma nova ameaça de expropriação de seu território (ZUCARELLI, 2006).

Os exemplos das comunidades rurais ilhadas pela monocultura de eucalipto, bem como as deslocadas e ameaçadas pelos projetos hidrelétricos no Vale do Jequitinhonha, ilustram o leque de conflitos pela apropriação do território que, em diversos momentos, são vistos como problemas passíveis de mitigação e, conseqüentemente, solucionáveis pela gestão administrativa do estado. Neste sentido, os órgãos públicos tentam invisibilizar a resistência das comunidades e os conflitos oriundos de determinadas atividades econômicas através da adoção de mecanismos flexibilizantes, tais como: medidas mitigadoras, compensações ambientais e termos de ajustamento de conduta como forma de “resolução” e de “ocultamento” dos conflitos (ZUCARELLI, 2006). Daí porque a necessidade de se buscar junto aos atores diretamente envolvidos e mobilizados um quadro mais qualitativo das dinâmicas conflitivas.

Inúmeras comunidades rurais nos municípios de Minas Novas e Turmalina, onde atua a Empresa Acesita Energética, estão sofrendo as conseqüências da implantação da monocultura de eucalipto na região. A substituição gradativa do bioma Cerrado pelo eucalipto vem acarretando múltiplos problemas para o ecossistema e para as comunidades que vivem cercadas pela monocultura. Conforme pesquisa de campo e entrevistas com representantes de movimentos sociais, os problemas elencados são: proibição de acesso às áreas de chapadas que antes pertenciam e eram utilizadas pelas comunidades rurais para a criação de gado na solta coletiva e extrativismo de lenha, frutos e plantas medicinais; conflitos pela delimitação de divisas; diminuição do volume de água e/ou extinção de córregos e ribeirões que são/eram utilizados pelas comunidades ribeirinhas; desmatamento do cerrado e das cabeceiras de nascentes; mortandade de animais silvestres; processos erosivos e carreamento de solo para os córregos e veredas ocasionados pela construção da malha viária das áreas de plantio; assoreamento das nascentes e cursos d'água devido a movimentação intensiva de solo na área de chapada e bordas; contaminação das águas superficiais, do lençol freático e do solo pelo uso excessivo de agrotóxicos; além da intoxicação dos trabalhadores, inclusive crianças, pela fumaça dos fornos utilizados na fabricação de carvão. Tais problemas podem ser verificados nas comunidades de Ibirussú, Furquilha, Cachoeira da Alagoa, Bemposta (comunidade negra rural), Campo Alegre, Palmital da Baixa, Cascalho, Jaboticaba, Lagoa Grande e Capoeirinha/Sabarará, todas localizadas na microrregião do município de Minas Novas. Problemas semelhantes podem ser verificados nas comunidades de Campo Buriti, Cabeceira do Tanque, Campo Alegre, Poço D'água, Gentil e José Silva, todas localizadas na microrregião do município de Turmalina.

Também é possível averiguar as implicações das atividades econômicas voltadas para produção de energia elétrica na região, tal como ocorrido no complexo processo de mudança social nas 51 comunidades deslocadas compulsoriamente pela construção da usina hidrelétrica de Irapé. Este projeto interferiu diretamente nas dinâmicas sociais e produtivas rurais, produzindo efeitos diferenciados conforme o modo de vida das comunidades afetadas. Foram enormes as distorções sócio-econômicas, tais como: processo de concentração fundiária, rompimento de laços sociais e de parentesco, desapropriação de inúmeras famílias, aumento dos conflitos por terras e o

empobrecimento das populações rurais (ZUCARELLI, 2006). No caso das 22 comunidades ameaçadas pelo aproveitamento hidrelétrico de Murta, também no rio Jequitinhonha, somente a especulação de construção do empreendimento já vem acarretando impactos semelhantes.

Os exemplos citados anteriormente instigam para a necessidade de relativizar alguns dados estatísticos publicados e reforça a importância da investigação *in loco*, junto aos movimentos sociais para levantamento de informações que nem sempre passam pelas vias formais de denúncia. Apesar de Minas Gerais ser destaque nas atividades de exploração minerária, o estado vem intensificando também as atividades voltadas à monocultura e à produção de energia.

Em fase de licenciamento no Sistema Estadual de Meio Ambiente existem 162 projetos hidrelétricos (SIAM, 2008). E, além disso, o governo de Minas Gerais criou o Programa de Geração Hidrelétrica em Minas Gerais (PGHMG), cuja proposta planeja construir 380 empreendimentos hidrelétricos, sendo 45 usinas hidrelétricas e 335 pequenas centrais hidrelétricas (FEAM, 2008). Junto com a política de expansão da geração de energia no estado, pode-se deslumbrar inúmeros conflitos envolvendo comunidades ribeirinhas, extrativistas e demais minorias étnicas.

Outra atividade que também avança no estado de Minas Gerais é a monocultura de cana-de-açúcar. Cercada de toda uma aceitabilidade social revestida pelo discurso dos “biocombustíveis”, o plantio de cana para produção de etanol se expande pela mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e deflagra inúmeros conflitos ambientais, tais como concentração de terras, expulsão de pequenos agricultores, substituição de atividades tradicionais tais como a pecuária leiteira e o plantio de alimentos, dentre outros (ASSIS & ZUCARELLI, 2007).

A implementação destas atividades e/ou até mesmo a especulação de construção destes empreendimentos mobiliza uma gama de atores em defesa dos direitos de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas que são diretamente afetadas por esses projetos. De um lado, os detentores do capital tentam se apropriar de um território para o desenvolvimento de suas atividades centradas na acumulação de riquezas, e, por outro lado, organizados em movimentos ou na forma de denúncias, os afetados pelos processos de desterritorialização travam lutas de resistência frente às estratégias de apropriação e transformação do território e de seus recursos naturais, em prol da possibilidade de manutenção das diversas sociedades em suas múltiplas sustentabilidades. Nessa medida, o que se tem é a conformação de zonas de conflito onde as assimetrias de poder que atravessam as relações entre os segmentos em disputa resvalam em processos violentos de expropriação das populações locais. Frente à organização de unidades de mobilização e resistência, setores do Estado brasileiro não raramente têm respondido às denúncias e reivindicações locais com ações repressoras, como o ocorrido no caso da desapropriação das famílias atingidas UHE Candonga e na ocupação do prédio da CEMIG pelos atingidos de Irapé, que clamavam pelo cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela CEMIG, ambas situações em 2004 (ZHOURI e OLIVEIRA 2007). Tais tensões e

situações extremas de violência colocam em evidência a exacerbação dos conflitos ambientais e denunciam as falácias da noção hoje dominante de desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA:

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental, Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas. In: ACSELRAD H., HERCULANO S. & PÁDUA, J. (orgs.) Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a, p.23-39.

ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004b, p.13-35.

ASSIS, Wendell Ficher T. & ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Despoluindo Incertezas: Impactos territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção mais sustentável. Belo Horizonte: O Lutador, 2007.

DINIZ, C. C. (1981). Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira, Belo Horizonte: Editora da UFMG.

FEAM, 2008. Programa de Geração Hidrelétrica em Minas Gerais Disponível em: http://www.feam.br/index.php?option=com_content&task=view&id=283. Acessado em 10 mai. 2008.

ESTEVA, Gustavo. "Desenvolvimento". In: SACHS, Wolfgang (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p.59-83.

GRAÇA FILHO, A. A e LIBBY, D. C. Economia no Império Brasileiro, São Paulo, Ed. Saraiva, 2004, v. 1.103 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Divisão Territorial do Brasil - 1997. In. Minas Gerais. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Superintendência Central de Planejamento Institucional. Divisões Territoriais adotadas pela Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

LIBBY, D. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LOPES, J. S. L.; ANTONAZ, D.; SILVA, G. (Orgs.). Ambientalização dos Conflitos Sociais: Participação e Controle Público da Poluição Industrial. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.

PÁDUA, J. A. (1987). Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.), Política e ecologia no Brasil, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento” In: Cultura e Política no Mundo Contemporâneo – paisagens e passagens. Brasília: Editora da UnB, 2000.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Campesinato: Resistência e Mudança - O Caso dos Atingidos por Barragens do Vale do Jequitinhonha. vol II. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1993.

SACHS, Wolfgang. Development. The rise and decline of an ideal. Wuppertal Papers, nº 108, august 2000.

SIAM - Sistema Integrado de Informações Ambientais. Dados Georeferenciados. Disponível em <http://www2.siam.mg.gov.br/webgis/semadmg/viewer.htm>. Acessado em 07 mai. 2008.

WRM - WORLD RAINFOREST MOVEMENT. Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A. Reflorestamentos certificados pelo FSC - Forest Stewardship Council. Brasil: WRN, Novembro/2002.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; PERREIRA, D.B.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). A Insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p. 89-118.

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. “Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas”. Ambiente e Sociedade, V. X, N. 2, Jul./Dez.2007, p. 119-136.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.